

<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.
<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de servidor dedicado na modalidade gerenciado, aplicado a servidor WEB e serviço de hospedagem de e-mails.

<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA:</b>	<b>30 de agosto de 2017 às 09:00 horas.</b>
<b>LOCAL:</b>	Sala de Licitações - Rua XV de Novembro, nº 105 – Centro, Colombo – Paraná.
<b>PREGOEIROS:</b>	Davis Roberto Posnik
	Ismailin Schrotter
	José Carlos Vieira

<b>EQUIPE DE APOIO:</b>	Cristian Michael Busato
	Davis Roberto Posnik
	Daiane Ribeiro Brotto
	Ismailin Schrotter
	José Carlos Vieira
	Janile de Freitas Milistete
<b>Designados pela Portaria nº 194/2017 de 05 de abril de 2017.</b>	

## SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	3
1.0. DO OBJETO.....	3
2.0. DOS PRAZOS.....	3
3.0. DA ABERTURA .....	3
4.0. DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
5.0. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.....	5
6.0. DA APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS.....	5
7.0. DO PREÇO MÁXIMO .....	6
8.0. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº. 01) .....	7
9.0. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 02) .....	7
10.0. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.....	9
11.0. DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO E DOS ENVELOPES.....	11
12.0. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	11
13.0. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONCLUSÃO .....	13
14.0. DA CONTRATAÇÃO .....	14
15.0. DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CONTRATO .....	14
16.0. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	14
17.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	15

18.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	16
19.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	16
20.0. DOS RECURSOS .....	16
21.0. DAS PENALIDADES .....	17
22.0. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO .....	19
23.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19
24.0. DOS ANEXOS .....	21
ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA.....	22
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO....	23
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS E INFORMAÇÕES PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES .....	24
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES .....	25
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO / REGULARIDADE DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	26
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.....	27
ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA.....	34
ANEXO VIII - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS .....	38
ANEXO IX – FICHA DE CADASTRO.....	41

**PREÂMBULO**

O Município de Colombo, Estado do Paraná, torna público que às **09:00 (NOVE)** horas do dia **30 de agosto de 2017**, na sala de licitações situada na Rua XV de Novembro, 105 – Centro, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18/07/2002, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar nº. 123/06 e nº. 147/14, do Decreto Municipal n.º 1.801/05 e Decreto Municipal nº. 075/2016 publicados no Órgão Oficial do Município, e ainda, deste Edital e seus Anexos.

**1.0. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de servidor dedicado na modalidade gerenciado, aplicado a servidor WEB e serviço de hospedagem de e-mails, conforme especificações constantes do Termo de Referência ([Anexo VII](#)) que integra o presente edital.

**2.0. DOS PRAZOS**

2.1. A disponibilização dos serviços deverá iniciar-se imediatamente, em um prazo máximo de **72 horas**, a partir do momento em que o fiscal de contrato notificar a emissão de empenho.

2.2. O atendimento às chamadas para prestação de serviços, quando solicitadas deverá ocorrer no tempo máximo de até **06 (seis) horas** e chamadas de emergência de até **04 (quatro) horas**.

2.3. Para a prestação dos serviços deverão ser observados os seguintes horários e condições:

2.3.1. Dar atendimento ininterrupto, em todos os dias da semana em horário comercial (das 08h:00min as 12h:00min e das 13h:00min as 17h:00min)

2.4. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, com possibilidade de renovação de acordo com a legislação vigente.

**3.0. DA ABERTURA**

3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 194/2017 de 05 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

**DATA DA ABERTURA: 30 de agosto de 2017.**

**HORÁRIO: 09:00 (NOVE) HORAS.**

**LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO.**

**ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO, 105 - CENTRO - COLOMBO - PARANÁ.**

**4.0. DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar da presente licitação as **MICROEMPRESAS** e **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** interessadas que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus Anexos, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto desta licitação.

4.2. É vedada a participação neste certame de empresas que não se enquadrem na Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece a obrigatoriedade de licitação exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; bem como das licitantes que, embora qualificadas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, incidam em qualquer das vedações do art. 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, ressalvado o disposto no art.34 da Lei 11.488/07.

4.3. Estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo empresas que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela administração municipal de Colombo, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da administração pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações;

b. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo;

c. Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

d. Que estejam incluídas no disposto no artigo 9º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

e. Estejam em situação irregular perante as fazendas: nacional, estadual, municipal e perante o INSS e o FGTS;

f. Que possuam sócio, cotista, dirigente, bem como as que possuam em seu quadro funcional ou venham a contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento, , conforme estabelece o entendimento constante no prejulgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicado no AOTC 229 de 11/12/2009, referente à Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal que versa sobre o Nepotismo.

- Estão inseridos no conceito de incompatibilidade, sócios, dirigentes ou cotistas que forem servidores do órgão licitante, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele

exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que queiram gozar das prerrogativas e benefícios concedidos pela Lei Complementar nº. 123/2006 deverão apresentar no momento do credenciamento declaração firmada pelo representante legal da proponente (Anexo V) ou certidão simplificada da Junta Comercial.

4.5. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, as licitantes que, embora qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do art. 3º, parágrafo 4º, da LC nº 123/06, ressalvado o disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/07.

## **5.0. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

5.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial, devendo protocolar o pedido no Protocolo Geral do Município, localizado à Rua XV de novembro, 105 – Centro – Colombo – PR, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à abertura da Sessão.

5.2. Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por qualquer tipo de falhas, a licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à data de realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## **6.0. DA APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS**

6.1. Cada licitante deverá apresentar:

**6.1.1.** Declaração dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório;

**6.1.2.** Declaração, separada dos envelopes relacionados no subitem 6.1.3, de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, MEI's ou ainda de Cooperativa, enquadrada no art. 34 da lei n.º 11.488 de 2007, ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial nos termos da Instrução Normativa n.º 103 de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, para comprovar o enquadramento.

**6.1.3.** 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber:

I - Proposta de Preços;

II - Documentos de Habilitação.

6.2. A Proposta de Preços e a Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes lacrados e identificados da forma a seguir:

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO</b>  <b>PREGÃO Nº. 085/2017</b>  <b>RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE</b>  <b>CNPJ Nº.</b>  <b>ENVELOPE “01”</b>  <b>PROPOSTA DE PREÇOS</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO</b>  <b>PREGÃO Nº. 085/2017</b>  <b>RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE</b>  <b>CNPJ Nº.</b>  <b>ENVELOPE “02”</b>  <b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>
--	---

6.3. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Prefeitura Municipal de Colombo.

6.3.1. A autenticação, quando feita por servidor do Município, será efetuada em horário de expediente na Coordenação de Licitações ou na Sessão Pública mediante a apresentação do original.

**6.4. Não serão aceitos “Recursos”, “Impugnações” e “Contrarrrazões” enviadas por Correio eletrônico, Correio / Transportadora ou apresentados por meio de filmes ou cópias em fax-símile, mesmo que autenticadas.**

6.5. Os documentos necessários para participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preços e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

6.6. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da Proposta de Preços e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

6.7. As certidões deverão ser apresentadas pela interessada na própria Sessão do Pregão.

6.7.1. Quando as certidões não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas se expedidas com prazo não excedente a **90 (noventa) dias** da data prevista para apresentação das propostas.

6.8. Os documentos que por sua natureza não possuírem validade estão dispensados do prazo estipulado no item anterior. (Contrato Social, Atestado de Capacidade Técnica e Balanço Patrimonial).

## **7.0. DO PREÇO MÁXIMO**

7.1. O preço máximo total para a presente licitação será de **R\$ 50.248,00 (cinquenta mil, duzentos e quarenta e oito reais)**.

7.3. O preço unitário do item constante da proposta não poderá ser superior ao preço máximo unitário constante do termo de referência ([Anexo VII](#)), sob pena de imediata desclassificação

da proposta, ainda que o valor total apresentado pela proponente seja inferior ao valor total das propostas apresentadas pelos outros concorrentes.

#### **8.0. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº. 01)**

8.1. A proposta da licitante deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em idioma nacional, em papel timbrado da licitante ou identificado com o carimbo padronizado do CNPJ, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e com as suas folhas rubricadas e a última assinada por quem de direito modelo ([Anexo I](#));

8.2. Na proposta de preços deverá constar:

8.2.1. O preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismos;

8.2.2. As especificações dos serviços, constantes no Termo de Referência ([Anexo VII](#));

8.2.3. O local de execução dos serviços;

8.2.4. A validade da Proposta;

8.2.5. As condições de pagamento.

8.3. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos arábicos e por extenso, será considerado este último, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.

8.4. Nos preços ofertados deverão estar incluídos todas as taxas de operacionalização (custos diretos e indiretos, seguros, mão de obra, impostos, etc.);

8.4.1. Todos os custos deverão estar inclusos nos preços ofertados que serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

#### **9.0. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 02)**

9.1. Para a habilitação na licitação exigir-se-á dos licitantes apenas a documentação contida adiante.

##### **9.2. Documentos relativos à habilitação jurídica consistirão em:**

**9.2.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual, acompanhado da original ou cópia autenticada da cédula de identidade do Proprietário e ou;

9.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou **Contrato Social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e ou;

9.2.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício e ou;



9.2.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.2. *A Licitante apresentando o contrato social ou estatuto social no credenciamento fica a mesma desobrigada da apresentação do mesmo no conjunto de habilitação.*

**9.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista consistirão em:**

**9.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**9.3.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (Inscrição Estadual) ou municipal (Alvará), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2.1. *Nos casos em que a validade do alvará de licença esteja atrelada a apresentação de comprovante de pagamento da taxa anual, será aceito como comprovante de pagamento a certidão negativa de débitos da respectiva municipalidade.*

**9.3.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as contribuições sociais**, mediante apresentação de Certidão Negativa e/ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos, com validade para a data da Sessão;

**9.3.4.** Prova de regularidade com a Fazenda do Estado da localidade da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa e/ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais, com data de validade para a sessão;

**9.3.5.** Prova de regularidade com a Fazenda do Município onde se localiza a sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa e/ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, com data de validade para a Sessão;

**9.3.6.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), com data de validade para a Sessão.

**9.3.7.** Certidão Negativa de débitos trabalhistas prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)).

**9.3.8.** Declaração de que, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. ([Anexo IV](#)).

**9.4. Documentos relativos à qualificação técnica consistirão em:**

**9.4.1.** Prova constituída por documento (s) expedido (s) por entidades da Administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou por pessoa jurídica de direito privado, da prestação de serviços da mesma natureza do ora licitado (Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da proponente);



**9.4.2.** Declaração que a empresa licitante possui em seu quadro funcional no mínimo **01 (um)** profissional devidamente capacitado para a função de suporte técnico, possuindo formação em nível superior de graduação em cursos de tecnologia da informação ou cursos afins, acompanhado de fotocópia do diploma de formação do profissional.

**9.4.3.** Declaração de fatos impeditivos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. ([Anexo III](#));

**9.5. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

**9.5.1.** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física;

**9.5.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis (Acórdão 1999/2014 de 30/07/2014) e apresentados na forma da lei, com termo de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

**9.5.3.** Para comprovar a boa situação financeira a empresa deverá apresentar um dos itens listados abaixo:

**9.5.3.1.** Apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 01 (um).

a) INDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG)

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**“ou”**

**9.5.3.2.** Comprovação do Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total do objeto a ser contratado, registrado na Junta Comercial na forma da lei. O valor do capital social poderá ser atualizado pela proponente para a data supramencionada através de índices oficiais específicos para o caso.

## **10.0. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**10.1.** A licitante deverá se apresentar junto ao Pregoeiro através de um representante (representante legal ou preposto) devidamente munido dos documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

10.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

**10.3. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:**

**10.3.1.** Declaração dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, Modelo ([Anexo II](#));

**10.3.2.** Declaração de enquadramento como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Micro Empreendedores Individuais, firmada pelo representante legal da proponente, modelo ([Anexo V](#)) ou Certidão expedida pela Junta Comercial.

**10.3.3.** Documento oficial de identidade;

**10.3.4.** Registro comercial, no caso de empresa individual, acompanhado da cópia autenticada da cédula de identidade do Proprietário e ou;

10.3.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e ou;

10.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício e ou;

10.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**10.3.5.** Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular propostas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direito e assumir obrigações, no caso de o representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura.

10.3.5.1. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida;

**10.3.6.** Ficha de Cadastro para credenciamento devidamente preenchido. Modelo ([Anexo IX](#)), *dispensada quando da apresentação do item 10.3.4 do edital.*

**10.4.** Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão.

10.4.1. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião em Cartório, ou pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio, à vista do original.

**10.5.** O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

**10.6.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

**11.0. DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO E DOS ENVELOPES**

11.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, após abertura da sessão, receberá os documentos abaixo relacionados de cada licitante;

11.1.1. Declaração, separada dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo de Declaração ([Anexo II](#)) deste edital, credenciamento do representante conforme descrito no item 10.3 deste edital e;

11.1.2. Declaração, separada dos envelopes relacionados no subitem 6.1.3, de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, MEI's ou ainda de Cooperativa, enquadrada no art. 34 da lei n.º 11.488 de 2007, ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial nos termos da Instrução Normativa n.º. 103 de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, para comprovar o enquadramento.

11.2. Em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços (envelope n.º. 01) e Habilitação (envelope n.º. 02);

**11.3. A ausência da Declaração exigida no subitem 11.1.1 deste edital implicará o não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.**

11.4. Aberta a sessão e recebidos os citados documentos, não mais serão admitidas novas licitantes.

11.5. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**12.0. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

12.1. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para a prestação de serviços da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

12.2. O pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

12.3. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e a disposição de todos os concorrentes.

12.4. Serão classificadas e proclamadas, pelo Pregoeiro, a licitante que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação a de menor preço, conforme disposto no inciso III do artigo 20 do Decreto Municipal nº. 1801/2005.

12.4.1. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subseqüentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.5. Às licitantes classificadas, conforme estabelecido no subitem 12.4, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

12.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.7. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

12.8. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

12.9. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta classificada que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

12.10. Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

12.10.1. Para fins de classificação das propostas, será considerado empate, nas situações em que duas ou mais propostas de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, apresentarem os mesmos valores;

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das licitantes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para regularização da documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, a emissão de

eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa (Art. 43, § 1º, Lei Complementar nº. 147/14).

12.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de sujeição da licitante desistente, às sanções constantes do artigo 21 do Decreto Municipal nº. 1801/05.

### **13.0. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONCLUSÃO**

13.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 12 deste edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos “Documentos de Habilitação” desta licitante.

13.2. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, serão inabilitadas.

13.3. Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

13.4. Nas situações previstas nos subitens 12.8 e 12.9, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.

13.5. Da sessão de pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes que assim o desejarem.

13.6. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

13.7. Os envelopes com os documentos relativos a habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a contratação da licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias corridos à disposição das respectivas licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

***13.8. A licitante vencedora deverá apresentar em 02 (dois) dias úteis, após a adjudicação, a proposta de preços recomposta por até 02 (duas) casas decimais em função do valor vencedor na etapa de lances.***

13.9. Caso a licitante vencedora não apresentar a proposta recomposta no prazo determinado no item 13.8, sem motivo justificado e aceito pela Administração, caracterizará o descumprimento das obrigações, ficando sujeita às penalidades e sanções previstas no Art. 7º da Lei 10.520/02.

13.10. Ao final da sessão, caso não haja recursos interpostos por parte das licitantes, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação à licitante declarada vencedora do certame.

13.11. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação.

**14.0. DA CONTRATAÇÃO**

14.1. A vencedora deverá assinar o contrato de prestação de serviços, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, da publicação da homologação do certame, junto à Prefeitura Municipal de Colombo, localizada a Rua XV de Novembro, 105 - Centro, na Secretaria Municipal da Administração – Coordenação de Contratos.

14.1.1. O prazo concedido para a assinatura do contrato de prestação de serviços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.1.2. Se a vencedora se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar o contrato de prestação de serviços, dentro do prazo previsto no item 14.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades previstas no item 22 e seguintes, além de outras sanções cabíveis e previstas no Art. 87 da Lei 8666/93.

14.2. As obrigações decorrentes da presente licitação estão previstas neste edital e seus anexos, observando-se os termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Municipal nº. 1801/05, Decreto Municipal nº. 075/16, Lei Complementar nº. 123/06 e Lei Complementar nº. 147/14.

**15.0. DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. Para a utilização do contrato, a Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação deverá requisitar do contratado, os serviços mediante a elaboração da nota de empenho.

15.2. A nota de empenho deverá conter, no mínimo:

15.2.1. O número do Contrato e da licitação;

15.2.2. Os serviços a serem executados;

15.2.3. O Local e hora de execução;

15.2.4. A dotação orçamentária;

15.2.5. O valor unitário e total dos serviços;

15.2.6. As condições de pagamento.

**16.0. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1. Os pagamentos serão efetuados por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, em depósito bancário, até **30 (trinta) dias** após a execução dos serviços e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal de contrato, acompanhada dos documentos, conforme ([Anexo IX](#)) deste edital.

16.2. O pagamento se dará em parcela única;

16.3. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.



**17.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. Os serviços constantes no contrato firmado entre as partes deverão ser executados conforme especificações, constantes no Termo de Referência [Anexo VII](#) deste edital.

17.2. Responder aos chamados técnicos sempre respeitando aos prazos máximos para resolução dos problemas que tenham correspondência com o objeto a ser contratado.

17.3. A Contratada, além da execução dos serviços e das responsabilidades resultantes da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, obriga-se a:

17.3.1. Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

17.3.2. Comunicar ao fiscal de contrato responsável, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente que possa ocasionar interrupção na prestação dos serviços a serem executados e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

17.3.3. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações, inclusive quanto aos preços praticados no contrato;

17.3.4. Executar os serviços contratados, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações mencionadas na proposta;

17.3.5. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos;

17.3.6. Responder integralmente por perdas e danos diretos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

17.3.7. Utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre os serviços da presente licitação por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas.

17.3.8. Prestar a Administração Municipal, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados, fornecendo toda e qualquer informação para acompanhamento e apreciação dos serviços;

17.3.9. A contratada responsabiliza-se pela manutenção do seu cadastro atualizado perante o setor cadastral do Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCE-PR.

17.3.10. Não transferir a outrem, o objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;



17.4. A Contratada deverá manter, enquanto vigorar o contrato e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

#### **18.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

18.1. A Prefeitura Municipal de Colombo obriga-se a:

18.1.1. Encaminhar Nota de Empenho;

18.1.2. Disponibilizar as informações necessárias para a execução do serviço;

18.1.3. Fiscalizar e se responsabilizar pela programação do dia do evento;

18.1.4. Atestar a execução do serviço através de relatório e lista de participantes;

18.1.5. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do Contrato através de preposto devidamente designado.

18.1.6. Comunicar à Contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços.

18.1.7. Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento do serviço objeto desta licitação;

18.1.8. Aplicar à Contratada as penalidades, quando for o caso.

18.1.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada executar fora das especificações deste Edital.

18.1.10. Proceder aos pagamentos devidos à Contratada, observadas as exigências legais e as constantes deste edital;

#### **19.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1421/16:

<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Fonte</b>
13.01.04.126.0011.2157.339039	1.000

Desdobramento: **99.99** – Demais serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

#### **20.0. DOS RECURSOS**

20.1. Dos atos praticados pela Administração caberá recurso, nos termos descritos neste edital.

20.2. Em relação aos atos praticados durante a Sessão Pública, a manifestação da intenção de interpor recurso será feita, imediata e motivadamente, no final da referida sessão, depois de declarado o vencedor, com registro em Ata da síntese das suas razões, podendo o(s) interessado(s) juntar(em) memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.

20.3. Na hipótese do item 20.2 as demais licitantes ficarão imediatamente intimadas a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

20.4. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

20.5 – Os recursos, a representação e o pedido de reconsideração deverão;

I – Ser digitados e devidamente fundamentados;

II – Ser assinados por representante(s) legal(is) da recorrente ou por procurador devidamente habilitado;

III – Ser protocolados no Protocolo geral da Prefeitura Municipal de Colombo localizado na sede da prefeitura, na rua XV de Novembro, 105, Centro, Colombo / PR.

20.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7. Decididos os recursos, os Secretários responsáveis homologarão o objeto da licitação à licitante vencedora do certame, que será convocada para assinar o Contrato.

20.8. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

## **21.0. DAS PENALIDADES**

21.1. Na forma prevista no art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, garantida a ampla defesa, poderá ser aplicada sanções de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública, ao licitante que:

I - Apresentar documentação falsa;

II - Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

III - Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se à assinar o Contrato, retirar / aceitar a ordem de serviços / nota de empenho;

IV - Ensejar o retardamento da execução dos serviços objeto da licitação;

V - Não manter a proposta;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

21.2. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito ainda as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência escrita;

21.2.2. Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da sua proposta originária;

21.3. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº. 8666/93, garantido o contraditório e ampla defesa em Processo Administrativo.

21.4. O não cumprimento pela Licitante vencedora das obrigações assumidas no contrato importará na aplicação, por parte da Administração Municipal, discricionariamente as seguintes sanções:

- 21.4.1. Multa de 10% (dez por cento), sobre o preço dos serviços, no caso da licitante vencedora der causa à rescisão do contrato;
- 21.5. Havendo recusa na execução dos serviços, será a licitante vencedora suspensa de contratar com a Administração Pública Municipal e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos nos termos do art. 87, incisos III e IV da Lei Federal nº. 8666/93.
- 21.6. A nota de empenho / ordem de serviço que não for retirada dentro de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da comunicação pela administração municipal, estará sujeita ao cancelamento, nos termos do art. 64 e seus parágrafos da Lei Federal nº. 8666/93, e ficará a licitante vencedora suspensa do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 87 da referida lei.
- 21.7. A Administração Municipal poderá aplicar as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº. 8666/93, garantida a ampla defesa e o contraditório.
- 21.8. Nos casos em que a ME, EPP ou MEI deixar de atender o prazo estabelecido no presente edital, para a apresentação da documentação regular pertinente a regularidade fiscal, a Administração Pública aplicará a pena de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública cumulada com a aplicação de uma multa no valor de 10% do valor total da licitação.
- 21.9. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada:
- 21.9.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do Art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- 21.9.2. Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor dos serviços não executados.
- 21.10. Será concedido o prazo máximo de 10 (dez) dias para o recolhimento de qualquer multa aplicada, podendo o valor ser descontado em eventuais créditos.
- 21.11. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da(s) multa(s), seu valor será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês de atraso, podendo, em qualquer caso, ser cobrado judicialmente.
- 21.12. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.
- 21.13. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira e, sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de **0,01%** ao mês e de **0,12%** ao ano.
- 21.14. O valor devido poderá ser inscrito na Dívida Ativa do Município.

**22.0. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

22.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

22.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I - Prática Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II - Prática Fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III - Prática Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

IV - Prática Coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, a pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V - Prática Obstrutiva: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) Atos cuja a intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

22.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

22.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato

**23.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de executar, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,

ensajar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com Município, conforme art. 21 do Decreto Municipal 1801/2005.

23.2. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

23.3. A apresentação das propostas implicará à plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

23.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente da Prefeitura Municipal.

23.5. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.6. É facultado à Prefeitura Municipal, quando o licitante vencedor deixar de executar os serviços, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo conforme as condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço ou revogar a licitação independentemente das penalidades às quais a licitante está sujeita.

23.7. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme art. 43, § 3º da Lei Federal nº. 8.666/93.

23.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.

23.10. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.11. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Juízo de Colombo, Paraná.

23.12. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

23.13. Cópias do Edital e de seus anexos serão fornecidas gratuitamente no sítio oficial do Município: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br) ou mediante pagamento de taxa relativa aos custos de impressão do edital, na Prefeitura Municipal, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no endereço:

Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (41) 3656-8002 ou ainda pelo endereço eletrônico [licitacao@colombo.pr.gov.br](mailto:licitacao@colombo.pr.gov.br).

23.14. A Prefeitura Municipal de Colombo nomeará servidor, o qual ficará responsável pela fiscalização do contrato a ser celebrado para a execução dos serviços.

23.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

#### **24.0. DOS ANEXOS**

24.1. São partes integrantes deste edital:

[Anexo I](#) - Modelo da proposta de preços;

[Anexo II](#) - Declaração de ciência de cumprimento de requisitos de habilitação

[Anexo III](#) - Declaração de fatos impeditivos e informações para cumprimento das obrigações;

[Anexo IV](#) - Declaração de empregabilidade de menores;

[Anexo V](#) - Declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte/distância;

[Anexo VI](#) - Modelo de Contrato;

[Anexo VII](#) - Termo de Referência;

[Anexo VIII](#) - Relação de documentos para liquidação de pagamentos;

[Anexo IX](#) - Ficha de Cadastro Empresarial.

Colombo / PR, 16 de agosto de 2017.

**MAURÍCIO APARECIDO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Tecnologia da Informação

**DOUGLAS JEFFERSON DA SILVA**  
Fiscal de Contrato / Técnico

**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA****RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****ENDEREÇO COMPLETO:****TELEFONE:****CELULAR:****MAIL:****NOME E CARGO: (Responsável pela assinatura do Contrato)****RG:****CPF:****TELEFONE:****E-MAIL:**

Pela presente proposta comercial relativa ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/2017**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de servidor dedicado na modalidade gerenciado, aplicado a servidor WEB e serviço de hospedagem de e-mails, nas seguintes condições:

Item	Qtde	Descrição	Valor Unit. Mês	Valor Total Ano
01	01	Serviços de Servidor Dedicado na modalidade gerenciado com uma (01) VM Windows e uma (01) VM Linux, conforme especificações exigidas em edital.	XXX,XX	XX.XXX,XX
02	450	Contas de e-mail 1GB	XXX,XX	XX.XXX,XX
03	50	Contas de e-mail 5GB	XXX,XX	XX.XXX,XX
04	01	E-mail marketing	XXX,XX	XX.XXX,XX
05	01	Implantação e ativação dos serviços	XXX,XX	XX.XXX,XX

**a)** Valor total da proposta é de: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais);

**b)** Prazo de execução dos serviços: Conforme edital.

**c)** Prazo de Vigência: **12 (doze) meses;**

**d)** A presente proposta tem o prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a partir da data da abertura da licitação.

**e)** As condições de pagamento são as constantes no edital **Pregão Presencial N.º 085/2017**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Nome da empresa**  
Representante Legal



**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO****D E C L A R A Ç Ã O**

(Razão Social) \_\_\_\_\_, CNPJ N.º \_\_\_\_\_  
com sede na \_\_\_\_\_,  
(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para  
cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, publicada  
no DOU de 18/07/2002 e nos itens do Edital do **Pregão Presencial n.º 085/2017**, **DECLARA**  
expressamente que **cumpe plenamente os requisitos de habilitação** exigidos no edital do  
Pregão em epígrafe.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Nome da empresa**  
Representante Legal

**OBS: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes e separadamente dos envelopes Proposta de Preço e Habilitação exigidos nesta licitação acompanhada do credenciamento exigido no item 10.3 do edital.**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS E INFORMAÇÕES PARA  
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES****D E C L A R A Ç ã O**

(Razão Social) \_\_\_\_\_,  
CNPJ \_\_\_\_\_,  
sediada \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins do **Pregão Presencial Nº. 085/2017** e conforme a exigência do respectivo edital DECLARA, sob as penalidades cabíveis, expressamente que:

- a) Inexistem, até a presente data, fatos impeditivos de habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores;
- b) Recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;
- c) Possui instalações, aparelhamento técnico e pessoal devidamente treinado, adequados e disponíveis para a realização do objeto desta licitação;
- d) Está ciente de que, após a fase de credenciamento e iniciado os procedimentos de abertura da Proposta de Preços, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (§ 6º, Art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93).
- e) Para fins do disposto no Prejulgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Acórdão 2745/10 - TCE/PR, que não possui sócio, cotista ou dirigente, bem como não possuem em seu quadro funcional nem que irá contratar empregados com incompatibilidades com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia, de assessoramento, que seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Nome da empresa**  
Representante Legal

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE EMPREGABILIDADE DE MENORES****D E C L A R A Ç Ã O**

(Razão Social) \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_,  
portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da  
Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999,  
que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não  
emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (    )

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Nome da empresa**  
Representante Legal

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO / REGULARIDADE DE  
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE****D E C L A R A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, declara para os fins do **Pregão Presencial nº 085/2017**, que é **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte** nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, eis que atende na totalidade às condições previstas no artigo 3º e respectivos incisos da mesma lei, bem como não possui qualquer das restrições de que trata o artigo 4º do mesmo diploma ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n.º 11.488 de 2007.

Caso algum dos **documentos fiscais** apresente restrições quanto a sua **regularidade**, a empresa ora signatária se prontifica a efetuar o saneamento da(s) irregularidade(s) contida(s), caso seja declarada a licitante vencedora nos termos prescritos no edital, sob pena de serem aplicadas as sanções administrativas preconizadas no edital.

A veracidade do conteúdo da presente declaração é dada com plena ciência das implicações civis e criminais decorrentes do que ora se afirma.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Nome da empresa**  
Representante Legal

**Obs.: Esta declaração deve ser apresentada junto ao credenciamento.**

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO Nº XXX/2017**

O **MUNICÍPIO DE COLOMBO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público interno, com sede na Rua XV de Novembro nº. 105, Centro, Colombo - PR, inscrita no CNPJ sob nº. 76.105.634/0001-70, neste ato representado pelos (as) Secretários (as) Municipal de **XXXXXXXXX, XXXXXX...** a Sr (a). **XXXXXXXXXXXXXX**, portador (a) do R.G. nº. \_\_\_\_\_ e CPF nº. \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº. **XXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº. **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, e Inscrição Estadual sob nº. **XXX.XXXXXXX-XX**, neste ato representada por seu **XXXXXXXXXXXXX**, senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº. **XXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** - **XXXXXXXXXX**, sede na Rua **XXXXXXXXXXXXX**, nº. **XX**, **XXXXXXXXXXXXX** - **XXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade RG sob nº. **X.XXX.XXX.XXX-X-XX**, e CPF sob nº. **XXX.XXX.XXX-XX**, denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato de acordo com o resultado da licitação instaurada através do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 085/2017** pelas condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

contratação de empresa especializada para prestação de serviços de servidor dedicado na modalidade gerenciado, aplicado a servidor WEB e serviço de hospedagem de e-mails, conforme especificações constantes abaixo:

Item	Qtde	Descrição	Valor Unit. Mês	Valor Total Ano
01	1	Serviços de Servidor Dedicado na modalidade gerenciado com uma (01) VM Windows e uma (01) VM Linux conforme especificado em Termo de Referencia	XXX,XX	XX.XXX,XX
02	450	Contas de e-mail 1GB	XXX,XX	XX.XXX,XX
03	50	Contas de e-mail 5GB	XXX,XX	XX.XXX,XX
04	1	E-mail marketing	XXX,XX	XX.XXX,XX
05	1	Implantação e ativação dos serviços	XXX,XX	XX.XXX,XX

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO**

A Contratada, através do presente contrato, obriga-se a executar os serviços indicados na cláusula primeira, obedecendo as diretrizes previamente designadas pelo Contratante.

§ 1º - Os serviços constantes deste contrato firmado entre as partes deverão ser executados conforme especificações contidas no [Anexo VII](#), do Pregão Presencial nº. 085/2017.

I – Os serviços serão solicitados pelo fiscal de contratos conforme as especificações apresentadas na proposta de preços e previstas no edital de licitação através da emissão da nota de empenho/ordem de serviço;

II – Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços tais como: taxas de operacionalização (custos diretos e indiretos, seguros, mão de obra, impostos, etc.) serão de inteira responsabilidade da contratada.

§ 2º - Todos os serviços deverão ser prestados por profissionais treinados e ou especializados, primando sempre pela segurança, qualidade e eficiência.

§ 3º - Salvo por expressa autorização do Contratante, a Contratada não poderá subcontratar o objeto do presente Contrato com terceiros.

§ 4º - A Contratada deverá informar ao fiscal do contrato imediatamente se houver qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços a serem executados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A Contratante durante a vigência do contrato compromete-se a:

§ 1º - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do Contrato através de preposto devidamente designado, na forma prevista na Lei Federal nº. 8.666/93.

§ 2º - Supervisionar os serviços na periodicidade estabelecida nos seus normativos e comunicar à Contratada as irregularidades observadas na sua execução.

§ 3º - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

§ 4º - Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento do serviço objeto deste contrato;

§ 5º - Notificar previamente a Contratada, quando da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, no Edital de licitação, assim como as previstas em lei.

§ 6º - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada executar fora das especificações deste contrato.

§ 7º - Efetuar o (s) pagamento (s) a Contratada, de acordo com o estabelecido na Cláusula Sexta deste Contrato;

§ 8º - Comunicar a contratada qualquer anormalidade na execução deste contrato, podendo recusar o recebimento dos serviços que não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência [Anexo VII](#) do Pregão Presencial nº. 085/2017 e no presente contrato;

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Os serviços constantes no contrato firmado entre as partes deverão ser executados conforme especificações, constantes no Termo de Referência [Anexo VII](#) deste edital.

§ 1º - Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

§ 2º - Comunicar Imediatamente ao fiscal de contrato responsável, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente que possa ocasionar interrupção na prestação dos serviços a serem executados e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

§ 3º - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações, inclusive quanto aos preços praticados;

§ 4º - Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos;

§ 5º - Responder integralmente por perdas e danos diretos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua, dos seus prepostos ou terceirizados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

§ 6º - Utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica, encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas.

§ 7º - Prestar a Administração Municipal, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados ou já executados, fornecendo toda e qualquer informação para acompanhamento e apreciação dos serviços;

§ 8º - A contratada responsabiliza-se pela manutenção do seu cadastro atualizado perante o setor cadastral do Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCE-PR.

§ 9º - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

§ 10 - A Contratada deverá manter, enquanto vigorar o contrato e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 11 - Na hipótese de rejeição dos serviços devido a execução em desacordo com as especificações, a contratada deverá executar os serviços, sem acréscimo de custos ao Município de Colombo/PR.

§ 12 - A contratada se responsabilizar pela manutenção dos equipamentos utilizados durante o período de execução do contrato.

§ 13 - A substituição dos serviços ou a sua complementação não eximem a contratada da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação.



**CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS**

A disponibilização dos serviços, deverá iniciar imediatamente, em um **prazo máximo de 72 horas**, a partir do momento em que o fiscal de contrato notificar a emissão de empenho, devido a urgente necessidade na disponibilização deste serviço.

§ 1º - O atendimento às chamadas para prestação de serviços, quando solicitadas deverá ocorrer no tempo máximo de até **06 (seis) horas** e chamadas de emergência de até **04 (quatro) horas**.

§ 2º - Para a prestação dos serviços deverão ser observados os seguintes horários e condições: Dar atendimento ininterrupto, em todos os dias da semana em horário comercial (das 08h:00min as 12h:00min e das 13h:00min as 17h:00min).

§ 3º - O Contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, com possibilidade de renovação de acordo com a legislação vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará em razão da fiel prestação dos serviços ora contratados, a quantia total de até **R\$ XX.XXX,XX(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, de acordo com os serviços prestados.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria Municipal de Fazenda, em depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal de contrato, acompanhada dos documentos, conforme ([Anexo VIII](#)) do edital.

§ 2º - As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento correrá 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

§ 3º - As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1421/16:

<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Fonte</b>
13.01.04.126.0011.2157.339039	1.000

Desdobramento: **99.99** – Demais serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

§ 4º - Para o exercício subsequente as dotações orçamentárias serão específicas daquele exercício.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará ao Contratado as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa e o contraditório em Processo Administrativo.

§ 1º - Havendo recusa na execução dos serviços, será a licitante vencedora suspensa e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração municipal pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, item III e IV, da Lei nº. 8666/93.

§ 2º - A nota de empenho que não for retirada dentro de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da comunicação pela administração municipal, estará a licitante sujeita ao

cancelamento, nos termos do art. 64 e seus parágrafos da Lei nº. 8666/93, e ficará a licitante vencedora suspensa do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 87 da referida lei.

§ 3º - A Administração Municipal poderá aplicar as Penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº. 8666/93, garantida a Defesa Prévia.

§ 4º - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar a detentora da ata, as sanções previstas nos incisos I, III e IV do Art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento), sobre o valor dos serviços não executados.

§ 5º - Será concedido o prazo máximo de 10 (dez) dias para o recolhimento de qualquer multa aplicada a Contratada, podendo o valor ser descontado de eventuais créditos, se houver;

§ 6º - Após decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o pagamento da multa, o valor será ainda acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês, podendo em qualquer caso ser cobrada judicialmente.

§ 7º - No caso da Contratada ser credora de valores, o município descontará a multa devida na proporção do crédito correspondente, respondendo a Contratada pela diferença.

§ 8º Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira e, sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de **0,01%** ao mês e de **0,12%** ao ano.

§ 9º - O valor devido poderá ser inscrito na Dívida Ativa do Município.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PRORROGAÇÃO / DA ALTERAÇÃO**

§ 1º - O prazo de duração do contrato será conforme descrito na cláusula quinta.

§ 2º - O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições do Art. 65, incisos I e II da Lei Federal nº. 8.666/93.

§ 3º - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

A rescisão do presente contrato se dará:

a) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que verificadas a conveniência para o Contratante.

b) Unilateralmente, pelo Contratante diante do não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas por esta no presente contrato, e/ou pela verificação das hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº. 8666/93, e podendo ainda ser rescindido

sempre que houver o interesse do Contratante, sendo a Contratada notificada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem qualquer direito a indenização ou reclamação.

c) Judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não caberá qualquer direito a indenização quando rescisão amigável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade do (a) Sr (a) **xxxxxxxxxxxxxx** especialmente designado através da Portaria nº. **xxx/2017**.

§1º - Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução deste contrato, sendo-lhes assegurado a prerrogativa de:

I - Fiscalizar e atestar a execução dos serviços para que sejam cumpridas as condições estabelecidas neste contrato;

II - Comunicar eventuais falhas na execução dos serviços, cabendo a Autoridade Municipal adotar as providências necessárias;

III - Garantir toda e qualquer informação sobre as ocorrências ou fatos relevantes relacionados a execução dos serviços;

IV - Emitir pareceres relativos a execução do contrato;

§2º - A fiscalização exercida pela Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

§ 1º - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos serviços contratados e suas conseqüências e implicações.

§ 2º - Verificada pela fiscalização do Contratante, o abandono ou o retardamento indevido na conclusão dos serviços poderá o mesmo assumir as obrigações contratadas na situação em que se encontrarem, constituindo os valores não pagos como créditos passíveis de cobrança por parte do Contratante perante a Contratada, servindo o presente contrato como título executivo, na forma do disposto no art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

§ 3º - O Contratante reserva-se, ainda, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

§ 4º - Os casos omissos, regulam-se pelas Leis 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, pelos preceitos de direito público, aplicando lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme previsto no artigo 54 da Lei Federal nº. 8.666/93.

§ 5º- Os serviços que constituem o objeto do contrato deverão ser de acordo com orientação/fiscalização da **Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação**.

§ 6º - Para os serviços, objeto deste contrato, será observado as disposições estabelecidas na Lei Federal nº. 8078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

§ 7º - Serão regidas pelo Código de Defesa do Consumidor as cláusulas que porventura forem omissas nesse contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Colombo para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução do presente contrato, renunciando as partes outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Colombo, ..... de ..... de 2017.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Secretário Municipal de Tecnologia da Informação

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Fiscal Técnico

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Fiscal de Contrato

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratada

**ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Órgão requisitante:** Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.

**Processo Administrativo:** 16252/2017

**Valor Máximo:** R\$ 50.248,00 (cinquenta mil, duzentos e quarenta e oito reais).

**1.0. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de servidor dedicado na modalidade gerenciado, aplicado a servidor WEB e serviço de hospedagem de e-mails, conforme especificações constantes abaixo.

**2.0. DOS PREÇOS MÁXIMOS:**

Item	Qtde	Descrição	Valor Máx. Unit. / Mês	Valor Máx. Total / Ano
01	01	Serviços de Servidor Dedicado na modalidade gerenciado com uma (01) VM Windows e uma (01) VM Linux conforme especificado no Termo de Referência.	R\$ 3.116,67	R\$ 37.400,00
02	450	Contas de e-mail 1GB	R\$ 705,14	R\$ 8.461,72
03	50	Contas de e-mail 5GB	R\$ 190,02	R\$ 2.280,28
04	1	E-mail marketing	R\$ 118,00	R\$ 1.416,00
05	1	Implantação e ativação dos serviços	R\$ 690,00	R\$ 690,00

**TOTAL: R\$ 50.248,00**

**3.0. LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os serviços deverão ser executados em local especificado sob responsabilidade do contratado. Cabe ao contratado durante a execução dos serviços:

- Comunicar, formalmente, ao fiscal de contrato responsável, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários à Administração Pública Municipal;
- Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência de interrupção na execução dos serviços;
- Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes na proposta neste projeto, assim como prestar esclarecimentos quando necessário.

**4.0. FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**a)** A disponibilização dos serviços, deverá iniciar-se imediatamente, em um **prazo máximo de 72 horas**, a partir do momento em que o fiscal de contrato notificar a emissão de empenho, devido a urgente necessidade na disponibilização deste serviço.

**b)** O atendimento às chamadas para prestação de serviços, quando solicitadas deverá ocorrer no tempo máximo de até **06 (seis) horas** e chamadas de emergência de até **04 (quatro) horas**.

c) Para a prestação dos serviços deverão ser observados os seguintes horários e condições: Dar atendimento ininterrupto, em todos os dias da semana em horário comercial (das 08h:00min as 12h:00min e das 13h:00min as 17h:00min).

**4.1. Prazo de Vigência:** O Contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, com possibilidade de renovação de acordo com a legislação vigente.

## **5.0. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os servidores serão baseados na tecnologia de Computação em Nuvem (Cloud Computing). O gerenciamento físico do objeto contratado, bem como todos os softwares e afins necessários para o funcionamento do serviço são as responsabilidades da contratada. Assim como os serviços de instalação, configuração e ativação dos serviços.

Os servidores oferecidos devem possuir os seguintes recursos.

### **5.1. Servidor Dedicado**

- 02 Processador Quadcore
- 64GB RAM
- 02 discos SSD 480GB
- 25 Mbps de banda de internet
- Tráfego ilimitado
- Sistema de Backup
- 02 Maquinas virtuais (VM1 e VM2), as quais dever ter suas configurações ajustadas para suprir eventuais picos de demanda. Estas devem possuir as configurações iniciais conforme segue abaixo:

#### **5.1.1. VM 1 (Windows Server+ MySQL + SQL)**

- 02 VCPU
- 8 GB de memória RAM
- 100 GB de Storage
- Tráfego ilimitado
- 1 IP Válido.
- 1 MS SQL Web Edition
- 1 Windows 2012 Server Data Center

**5.1.2. VM 2 (Linux + PHP + MySQL)**

- 02 VCPU
- 8 GB de memória RAM
- 100 GB de Storage
- 1 IP Válido.

**5.2. E-mail marketing**

- 50.000 disparos mensais

**5.3. Hospedagem de e-mails**

- 450 e-mails com espaço de armazenamento de 1GB;
- 50 e-mails com espaço de armazenamento de 5GB;
- Webmail com Interface Simples;
- Webmail com Interface Simples;
- Acesso via IMAP4 – SMTP – O usuário tem a mesma visão da sua caixa postal (mensagens e pastas) independente do meio de acesso Webmail ou Aplicativo de E-mail (Outlook, Outlook Express ou Mozilla Thunderbird);
- Acesso via POP3 – SMTP;

**5.3.1. Características e Limitações Técnicas**

- Alteração de senha, assinatura e auto resposta administrável pelo usuário através do webmail;
- Limite de Anexos de até 50 MB, envio de até 250 e-mails por hora(por caixa postal) e 50 destinatários por mensagem;
- Alias (Redirecionamento) e Grupos Ilimitados. Os grupos aceitam e-mails externos e são configurados somente pelo administrador via central do cliente/painel de controle;
- Anti-Vírus
- Sistema de Anti-Spam em múltiplas camadas e customizável. Filtros personalizáveis com restrição de recebimento através de DNS, BackLists, SPF (SenderPolicy Framework) e GreyList. Análise e classificação dos e-mails aceitos, através de algoritmos inteligentes. Mensagens classificadas com Spam são movidas automaticamente para pasta “SPAM” ou para lixeira conforme regra criada pelos usuários.



**5.3.2. Central do Cliente / Painel de Controle**

O administrador do domínio ou responsável pela área de TI possui as seguintes funcionalidades para facilitar a administração das contas de e-mail:

- Criação e Exclusão de Contas;
- Atualização dos tamanhos das caixas postais;
- Atualização cadastral da empresa;
- Verificação dos valores faturados e emissão de segunda via de boleto;
- Criação e alteração de grupos por departamento;
- Criação e alteração de alias/redirecionamentos;
- Alteração de senha;
- Contratar online serviços adicionais;

**ANEXO VIII - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS****AOS****ILUSTRÍSSIMOS SENHORES FORNECEDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO****Assunto: Processo de pagamento. Documentação exigida.**

Prezados Senhores:

No intuito de imprimir maior agilidade aos processos de liquidação e pagamentos das despesas decorrentes das obrigações contraídas pelo Município de Colombo junto aos seus diversos fornecedores, vêm se trazer ao conhecimento de Vossas Senhorias os procedimentos e a documentação que passará a ser exigida em atendimento às normativas legais aplicáveis à espécie, conforme tópicos a seguir:

**1.0. NORMAS/DOCUMENTOS EXIGÍVEIS EM TODOS OS PROCESSOS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO<sup>1</sup>**

**Independentemente da natureza do objeto contratado** (e, portanto, para todo e qualquer processo de pagamento), os fornecedores, juntamente com a nota fiscal/fatura, deverão instruir o pedido de pagamento com os seguintes documentos:

- I - Cópia (simples) da Nota de Empenho;
- II - Via original da nota fiscal (devendo fazer menção expressa ao nº do empenho, bem como às retenções tributárias cabíveis), assinada pelo fiscal de contrato e/ou Secretário da pasta responsável pela contratação e fiscalização da prestação;
- III - Certidão negativa de tributos municipais (sede da empresa);
- IV - Certidão negativa de tributos municipais (Município de Colombo);
- V - Certidão negativa de tributos estaduais (Estado sede da empresa);
- VI - Certidão negativa de tributos federais;
- VII - Certidão negativa de INSS;
- VIII - Certificado de regularidade de FGTS;
- IX - Certidão Negativa de débitos Trabalhistas. ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)).
- X - Cópia do extrato de "Optante" ou Não Optante" pelo SIMPLES NACIONAL.

**2.0. NORMAS/DOCUMENTOS EXIGÍVEIS EM RELAÇÃO À PECULIARIDADE DE CADA OBJETO****2.1. Prestação de serviços sem cessão de mão de obra**

- I - Todos os documentos relacionados no item "1";
- II - Cópia do comprovante de recolhimento de ISS no Município da sede da empresa, em relação ao valor apresentado na nota fiscal, nas hipóteses de serviços em que o recolhimento não seja devido no Município de Colombo;

---

<sup>1</sup> Para as espécies não previstas no item "2" e respectivos subitens, os documentos relacionados nesse tópico (item "1") são suficientes para os processos de liquidação da despesa e pagamento.

III - Cópia do comprovante de recolhimento de INSS relativo à nota fiscal, nas hipóteses de incidência;

IV - Declaração do sócio ou representante legal da empresa de que não houve cessão de mão de obra à Prefeitura Municipal na prestação dos serviços.

## **2.2. Serviços com cessão de mão de obra**

I - Todos os documentos relacionados no item “1” e no subitem “2.1”, salvo *Declaração do sócio ou representante legal da empresa de que não houve cessão de mão de obra à Prefeitura Municipal na prestação dos serviços*;

II - Relação dos funcionários disponibilizados ao Município de Colombo para a execução do objeto, assinada pela empresa e pelo fiscal de contrato, individualizando o exato local da prestação e os números de identidade civil e CPF/MF de cada um dos empregados;

III - Cópia dos holerites de todos os funcionários relacionados, relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

IV - Extrato/resumo da folha de pagamento dos funcionários da empresa relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

V - Comprovante de recolhimento do INSS dos funcionários (guia GPS) relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

VI - Comprovante de recolhimento do FGTS dos funcionários (GRF) relativamente ao mês da emissão da nota fiscal ou, ao mês imediatamente anterior, na hipótese de esta ter sido emitida antes do quinto (5º) dia útil do mês;

VII - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) somente com a relação dos trabalhadores atuantes na execução do objeto a que se refere o contrato.

## **2.3. Obras e serviços de engenharia sem cessão de mão de obra**

I - Todos os documentos exigidos no item “1” e no subitem “2.1”;

II - Cópia do comprovante de recolhimento/pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em nome do(s) profissional (is) responsável (is) pela execução da obra ou consulta;

III - Relatório de medição e memorial descritivo da obra assinado pelo(s) profissional (is) responsável (is) e pelo fiscal de contrato.

## **2.4. Obras e serviços de engenharia com cessão de mão de obra**

I - Todos os documentos relacionados no item “1”, no subitem “2.2”, salvo *Declaração do sócio ou representante legal da empresa de que não houve cessão de mão de obra à Prefeitura Municipal na prestação dos serviços*;

- II - Laudo de medição da obra assinado pelo engenheiro responsável e pelo fiscal de contrato, contendo as medições de forma individualizada e especificada;
- III - Cópia do alvará de construção, reforma, ampliação ou demolição, nos termos da legislação municipal;
- IV - Matrícula CEI da obra;
- V - Certidão negativa do INSS relativa à conclusão da obra (nas hipóteses de o pagamento fazer referência à medição final);
- VI - Cópia do Certificado de Vistoria e Conclusão da Obra (CVCO), expedido na forma da legislação municipal (nas hipóteses do pagamento fazer referência à medição final).

### **3.0. TERCEIRIZAÇÃO/SUBCONTRATAÇÃO**

Nas hipóteses em que o edital previu e a administração aceitou expressamente a terceirização de parte da execução da prestação contratada, todos os documentos relacionados nos itens “1.0” e “2.0” e seus respectivos subitens devem, também, ser apresentados em relação à empresa subcontratada, observadas as peculiaridades de cada um dos objetos.

### **4.0. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

Os documentos relativos a cada um dos pagamentos deverão ser entregue pela empresa contratada diretamente ao fiscal de contrato a quem competirá a abertura dos respectivos processos administrativos e seu encaminhamento.

Alerta-se que a omissão ou incorreção de qualquer dos documentos relacionados nesta missiva poderá implicar na retenção dos pagamentos.

**ANEXO IX – FICHA DE CADASTRO**

RAZÃO SOCIAL:			
FANTASIA:		CNPJ:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	N.º DO REGISTRO DA JUNTA COMERCIAL:	DATA DO REGISTRO DA JUNTA COMERCIAL:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	COMPLEMENTO:
CIDADE:	UF:	CEP:	
TELEFONE:	FAX:	E-MAIL:	
<b>SÓCIOS DA EMPRESA (<i>Deverão ser informados os dados de ao menos UM dos sócios da empresa</i>):</b>			
CPF:	RG:	DATA DE NASCIMENTO:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	COMPLEMENTO:
CIDADE:	UF:	CEP:	
TELEFONE	FAX:	E-MAIL:	
<b>REPRESENTANTE CREDENCIADO:</b>			
CPF:	RG:	DATA DE NASCIMENTO:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	COMPLEMENTO:
CIDADE:	UF:	CEP:	
TELEFONE	FAX:	E-MAIL:	

**OBS:** Esta ficha deverá ser entregue fora dos envelopes, junto ao credenciamento.